

Reformas da educação superior: banco mundial, conhecimento e consensos ativos¹

Cezar Luiz de Mari*

Marlene Grade**

Reform of higher education: the world bank, knowledge and consensus assets

*Departamento de Educação - DPE/UFV

** Departamento de Ciências Econômicas - UFOP

RESUMO: O presente trabalho¹ busca analisar a função intelectual do Banco Mundial (BM) como produtor e fomentador de conhecimentos diante das mudanças sociais econômicas, políticas e culturais do final do século XX e início do século XXI. As análises estão fundamentadas em fontes de documentos oficiais, nacionais e internacionais e em bibliografias especializadas. Enfocamos os discursos da agência BM sobre o conhecimento, suas concepções e finalidades diante do quadro de reformas educacionais buscando analisar quais os conhecimentos orientados nesse campo. Nessa direção, procuramos mostrar que o BM articula-se como intelectual coletivo, agência de pensamento dos países centrais, produzindo e fortalecendo ações que coadunem com os interesses corporativos dos estados nações no campo educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectual coletivo; educação superior; conhecimento; consenso ativo.

ABSTRACT: *This paper analyzes the intellectual function of the World Bank as a producer and developer of knowledge on social changes and economic and cultural policies of the late twentieth and early twenty-first. Analyses are based on sources from official documents, national and international and specialized bibliographies. Focused on the agency's speeches on the World Bank knowledge, his views and purposes on the part of educational reforms aiming at examining the knowledge-oriented in that field. In this direction we try to show that the World Bank is structured as an intellectual collective agency thought the core countries, producing and reinforcing actions that fit with the corporate interests of the member nations in the educational field.*

KEYWORDS: *Collective intellectual; high education; knowledge; active consensus.*

1. INTRODUÇÃO

No presente artigo, estudaremos a agência Banco Mundial (BM) como fomentadora e produtora de conhecimentos no campo educacional a partir do final do século XX e início do século XXI². A escolha deste objeto de estudo se deve ao papel exercido por essa agência, como agente de estado, no tocante às orientações sobre as políticas educacionais aos países periféricos.

As análises estão fundamentadas em fontes de documentos oficiais, nacionais, internacionais e em bibliografias especializadas. Buscamos compor o cruzamento entre os discursos produzidos pelos documentos oficiais, sua incidência nas políticas educacionais e as avaliações dos pesquisadores sobre o tema.

Enfocamos os discursos das agências sobre o conhecimento, suas concepções e finalidades diante do quadro de reformas do ensino superior na perspectiva de aproximar a educação como política social. Articularemos esta discussão com os discursos do presidente do BM, James Wolfensohn³, que assumiu o compromisso político de tornar o Banco Mundial o *Banco do conhecimento*, a partir da segunda metade da década de 1990.

Concluimos nossa pesquisa considerando o BM como agência de Estado que assume o papel de *intelectual coletivo*, no sentido gramsciano, e instituição que produz pensamento e ação, que se articula em ideias-eixo, tais como: globalização, mercado, mercadoria, mercado-financeiro, dívida externa, ajuste fiscal, países centrais e “em desenvolvimento”. Indicaremos que o BM exerce a função de intelectual por aglutinar as esferas subjetivas, isto é, por organizar, sistematizar e executar os interesses dos países centrais. A expressão *intelectual coletivo* referida aqui à agência também é encontrada em Silva Jr. e Sguissardi (2001) na abordagem sobre a passagem da acumulação fordista para a acumulação flexível, após a década de 1970. Assim se referem os autores:

Nesse cenário emergem os intelectuais coletivos internacionais, os organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, A Organização Mundial do Comércio, UNESCO, CEPAL, [...] com novas funções específicas voltadas para a consolidação, em nível global, da Acumulação Flexível (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001, p.107).

Os autores não se delongam na análise da expressão, porém são partidários da tese a qual defendemos, que, no final do século XX e início do século XXI, há uma nova fase nas relações entre os países centrais e periféricos, marcada pela penetração das orientações políticas, mormente no campo educativo, via *intelectuais coletivos*. Esclarecemos ao leitor que abordaremos o Banco Mundial como a agência central nesse processo, dado seu significado em termos de geopolítica.

A noção de *intelectual coletivo* prima pela percepção de mediação, na figura de preposto entre os interesses dos países centrais e dos periféricos. Do nosso ponto de vista, a função do Banco consiste em produzir ideias que promovam o consenso nos estados nacionais a partir das agendas solicitadas pelos países centrais. É exercício de função orgânica no nível das relações internacionais.

Apesar da aparente coerência e solidez dos discursos, projetos e reformas orientadas a esses países, há, sobretudo, condicionamentos para manter o controle hegemônico da economia norte-americana sobre as demais economias do globo.

As raízes do BM expressam a função das *elites orgânicas* cumprindo o exercício de *cortex político* dos interesses hegemônicos, no sentido posto por Dreifuss (1987).

2. AS METAMORFOSES DO BANCO MUNDIAL

O Banco Mundial na figura de *intelectual coletivo* opera dentro de linhas políticas que compõem o esforço dos países centrais que, combinando estratégias militares e empréstimos, de acordo com as condições políticas e econômicas do período, procurava estabelecer as mudanças que previam a segurança internacional e o controle econômico das regiões dos países periféricos (LEHER, 1998).

Considerando as raízes orgânicas do BM norteadas nos interesses dos países centrais, as manobras políticas, após a crise de 1970, estavam inseridas na estratégia de hegemonia econômica, política e militar, adentrando na década de 1990 com a administração de James Wolfensohn.

Ao longo da história, o BM apresentou-se sob diversas faces. A primeira diz respeito ao caráter de sua fundação, em que se evidenciou a

necessidade de reconstrução da Europa, arrasada pela guerra, determinando o fomento de ações empreendedoras para o desenvolvimento de uma nova ordem internacional, entre o período de 1944 e 1968. Com a fundação do BM, conclui-se um processo de discussões empreendido pelos EUA e Reino Unido sobre o novo modo de desenvolvimento internacional, presidido por John Maynard Keynes, entre 1944 e 1946, do Reino Unido, e por Henry Dexter White⁴ (1944-1948), dos EUA. Com a grande investida dos EUA no Plano Marshall, o BIRD redireciona, a partir de 1954, seus investimentos em projetos de infraestrutura nos países periféricos. Tais projetos compreendiam, prioritariamente, investimentos em setores elétricos, estradas, indústria e agricultura, em menor proporção. O processo de endividamento desses países amplia-se nesse período, dada a grande dependência das exportações de tecnologias e produtos industrializados.

Entre 1968 e 1981, assume a presidência do Banco Robert S. McNamara. Conforme Leher (1998), o novo presidente reorienta os financiamentos em função do interesse no processo do desenvolvimento mediante o crescimento econômico e das estratégias de segurança dos EUA. Um dos eixos de impulsão política, adotado como elemento estratégico, objetivava ações para diminuição da pobreza; vista como um perigo devido às revoltas populares e como modo de frear o desenvolvimento dos governos comunistas, que faziam frente aos interesses dos países capitalistas⁵.

Segundo Leher (1998),

o Banco nunca havia antes associado conceitualmente a “tarefa do desenvolvimento” como algo relacionado com a “pobreza de homens e mulheres desprovidos de condições mais elementares de vida” [...] No cerne dessa mudança de orientação [...] encontra-se o processo de descolonização, a guerra fria e o propósito de “resguardar a estabilidade do mundo ocidental (LEHER, 1998, p.118).

A reorientação dos projetos se dá na direção do financiamento da “revolução verde” para ampliar as fronteiras agrícolas dos países periféricos e em investimentos na área de desenvolvimento humano: saúde, educação e desenvolvimento urbano.

Entre 1982 e 1994, há uma reorientação dos projetos do Banco para o controle da dívida, efetuada mediante ajustes estruturais nos países periféricos,

revelando a inconsistência dos projetos de desenvolvimento até então empreendidos pelo Banco e pelo FMI. O FMI aplicou políticas de ajustes, via planos de estabilização (controle do *déficit* e inflação), com os Programas de Ajustes Estruturais – PAE, ou seja, reformas na estrutura produtiva, para torná-la mais rentável. Em síntese, o PAE tornou-se um receituário que serviu a todos os países periféricos que quisessem recorrer ao FMI para resolver seus problemas de empréstimos por meio de acordos para os ajustes. Esses acordos implicaram em controle monetário e redução da disponibilidade de crédito; redução do *déficit* fiscal (corte em gastos públicos); reforma fiscal, via aumento dos impostos; política de contenção salarial; desvalorização da moeda; eliminação dos subsídios; controle de preços e salários; desregulamentação dos mercados de trabalho; e reforma do Estado e abertura das fronteiras comerciais. Tais orientações provocaram profundas reformas nesses países, conhecidas pela denominação de “neoliberais”.

3. O BANCO DO CONHECIMENTO

Entre julho de 1995 e julho de 2004, James Wolfensohn apresentava-se na liderança do Banco Mundial. Em 2001, efetua um resgate histórico das realizações do Banco no discurso: *O desafio da globalização*. Nesse discurso, busca indicar os avanços e o ritmo das reestruturações pelas quais o Banco passou e apresenta suas ideias para o desenvolvimento em âmbito mundial. Considera o Banco Mundial campo de realizações, cuja premissa é o desenvolvimento mundial baseado no conhecimento, alívio da pobreza e da dívida, combate à corrupção, combate à AIDS, luta pelas questões de gênero, étnicas e ambientais. Tenta mostrar que as projeções e as realizações, em parte, têm se confirmado, mas que, ainda, muito deve ser feito. Ressalta, sobretudo, a estratégia de tornar o Banco uma Agência de referência como produtora de conhecimento. Aspira não apenas ser uma instituição financeira, mas uma “instituição de pensamento”. Assim, afirma Wolfensohn (2001, p.8), “eu disse, em 1995, que nos tornaríamos um ‘Banco de Conhecimento’ e avançamos muito”. Perguntamos: qual a razão desse discurso aliando uma agência ao conhecimento?

O interesse em desenvolver projetos nos países periféricos que sustentem a infraestrutura (estradas, saneamento básico, construções de

escolas, dentre outros), estratégia das décadas que antecederam os anos 1990, não é mais suficiente. Agora, aliam-se aos projetos orientações condicionantes aos conhecimentos emanados das experiências vivenciadas pelo Banco: as orientações, as assessorias, os documentos produzidos pelos intelectuais do Banco, as avaliações e outros⁶. Nas palavras do Presidente Wolfensohn (1996, p.2), no discurso *El portal de desarrollo global* podemos entender mais bem a compreensão de conhecimento e a autocompreensão do papel do BM na produção de consenso: “O conhecimento é como a luz. É grávido e intangível, pode atravessar facilmente o mundo, iluminar a vida das gentes em todos os lados...”.

Ao nosso ver, o Banco se propõe a ser intelectual orgânico para o desenvolvimento dos “em desenvolvimento” e o conhecimento é o eixo que produz consensos e assegura a presença do BM na mediação internacional.

A pretensão de Wolfensohn com o portal é a de constituir o Banco como centro de informação/ conhecimento, o que se confirma por estudos do próprio Banco, mostrando que nos últimos dez anos esse portal tem sido um dos mais visitados para pesquisas sobre o processo do desenvolvimento⁷. Também fortalece a sua atuação articulada numa dimensão micro e macroestrutural com objetivos de longo prazo. O documento *Información conocimiento e desarrollo* (1999) traz uma importante contribuição a essa discussão. Assim como o BM, com seu *Sistema de Administración do conhecimento*, poderá contribuir na missão junto aos clientes. Faz parte do planejamento de atuação do mesmo aperfeiçoar sua tecnologia organizacional:

outra meta estratégica importante é a de continuar construindo o Sistema de Administração do Conhecimento Educacional [EKMS-*Education Knowledge Management System*], ajudando a fortalecer o papel do Banco como uma instituição de conhecimento, capaz de gerar, sintetizar, disseminar e compartilhar o conhecimento global para adquirir resultados locais e prover conselho de alta qualidade para os clientes (BANCO MUNDIAL, 1999, p.10).

Wolfensohn (1997) prevê a função estratégica do conhecimento na dimensão social, uma espécie de *Admirável mundo novo* contrastando com o temor do aumento da pobreza mundial:

para o ano 2000 haveremos posto em marcha um sistema mundial de

comunicações com redes de computadores, serviços de vídeo conferências e aulas interativas, que oferecerá a nossos clientes de todo o mundo pleno acesso a nossas bases de dados, será o fim da geografia como se tem entendido no Banco (WOLFENSOHN, 1997, p.10).

Nesse discurso, estão também definidos os eixos de atuação política estratégica, sendo eles: desenvolvimento humano e social; desenvolvimento sustentável; e relação com o setor privado (com atuação multilateral da CFI e OMGI) e com o setor financeiro (com a atuação multilateral da AID).

Na proposição de tornar-se um Banco do conhecimento, indica vários caminhos para os países com os quais mantêm relações financeiras, visando melhorar os mecanismos de controle das contas públicas, a capacitação de juizes auditores fiscais e a capacitação de outras funções públicas, acompanhadas de mudanças estruturais, como o controle dos monopólios.

A nova estrutura organizacional do Banco é apresentada por Wolfensohn (1999) aos gerentes e funcionários da instituição, em Washington (EUA), pelo *Plano Estrutural de Desenvolvimento Global*, conhecido como *Quadro Geral para o Desenvolvimento*. Segundo ele, não é possível trabalhar o desenvolvimento somente nas dimensões macroeconômicas sem considerar as dimensões sociais e humanas: “os governos são responsáveis pela preparação geral de uma revisão abrangente de todos os elementos necessários para o crescimento e para o alívio da pobreza” (1999a, p.1). BM atua como agência de Estado, buscando articular desenvolvimento e “alívio da pobreza”.

O plano teórico dessa arquitetura é flexível, holístico, porém, deve privilegiar objetivos que contemplem os recursos econômicos e humanos, tanto do Banco como dos clientes⁸. Para Wolfensohn (1999, p.2), “uma razão de preparação deste arcabouço abrangente e holístico é permitir que pensemos mais estrategicamente no sequenciamento de políticas, programas e projetos, assim como no ritmo das reformas”. Essa abordagem mais abrangente se faz necessária para atingir determinado projeto. Para sua concretização é preciso articular outras dimensões como saúde, estradas, informação, educação, bem como adotar sistema regulamentador para instituições bancárias e outros serviços. Ou seja, a atuação holística deverá atingir campos de atuação diversos, que se completam para eficácia dos resultados dos projetos. Os países envolvidos nos projetos, segundo ele, precisam estar na condução dos processos, bem como

as condições reais de cada país devem ser levadas em consideração para que o arcabouço do Plano não se torne uma camisa-de-força. O planejamento prevê estratégias para atacar os pontos de estrangulamento que trazem problemas para o desenvolvimento, como a pobreza e a corrupção, por exemplo.

No desenrolar do discurso sobre o *Quadro Geral*, constatamos a articulação da tese do conhecimento com a dimensão da educação no requisito formação humana. A argumentação direciona-se no sentido de mostrar como a educação e o conhecimento são elementos essenciais para o *capital humano* e a transferência de conhecimento um alto negócio para os países clientes. Com isso, a escola primária precisa ser universalizada e o ensino secundário e superior precisam ser organizados na forma de sistemas abertos e competitivos. Há a apresentação de um programa de como deve ser orientada a educação e as novas tecnologias no mercado. A receita é proposta aos países periféricos para que se tornem países industrializados. Segundo Wolfensohn (1999), é necessário

construir escolas, elaborar currículos modernos, orientados para a nova era tecnológica e para as necessidades reais do mercado local emergente, proporcionar efetiva formação e supervisão de professores. Tudo isso contribui para o êxito dos programas educacionais (...) Devo observar, ademais, que os avanços na transferência de ciência, tecnologia e conhecimento oferecem aos países uma oportunidade incomparável de igualar-se às sociedades tecnologicamente mais adiantadas (WOLFENSOHN, 1999, p.5).

A unidade teórico-prática ao redor da ideia de transferência de tecnologia se torna um importante mecanismo de criação de consensos ativos na adaptação da educação em tempos de sociedade do conhecimento. “Os conhecimentos e o intercâmbio são a chave da nossa colaboração” (WOLFENSOHN, 1999, p.8).

Contudo, ao assumir a direção do Banco, em 1995, Wolfensohn aguardava mudanças significativas, tendo em vista os resultados da atuação desta instituição nas décadas anteriores. As mudanças ocorreram nos discursos mediante a incorporação das tecnologias na estrutura operacional do Banco via WEB, com ênfase na construção da “sociedade do conhecimento”, no deslocamento dos funcionários para perto dos clientes e na transferência de conhecimento como motivador da relação.

Dentro das condições reais desses países, os projetos do Banco acabam cumprindo papel de alívio, pois não tiveram e não têm a intenção de resolver a pobreza. Dados da ONU, UNESCO⁹ e do próprio Banco têm demonstrado que as políticas globais nos países periféricos resultam na continuidade e, por vezes, no agravamento dos problemas de desenvolvimento e de inclusão social, como era de se aguardar. Estrategicamente, o Banco executa seu papel de mediação propondo alternativas que reforçam o “círculo cínico”. Sua força consiste exatamente nisso: dar organicidade aos interesses de mercado apresentando a “sociedade do conhecimento” como saída, mesmo sabendo que logo se tornará insuficiente. Nisso são produzidos e reproduzidos discursos de reformas, de inclusão, de alívio da pobreza, num giro que faz voltar sobre si mesmo as contradições da realidade. A transferência dos conhecimentos do Banco alimenta as relações de poder e de controle dos países centrais e aprofundam as dimensões da exclusão às custas da compra de um conhecimento que traz em si a tecnologia do controle.

4. O INTELLECTUAL COLETIVO DAS FORÇAS GLOBAIS

As redes virtuais de comunicação permitem ao Banco Mundial, como agência de estado, o estabelecimento de sua *intelligensia*, que se mundializa, acompanhada também por projetos financeiros, assessorias e pelas bases operacionais *in loco*. Nessa perspectiva, o Banco tem por objetivo criar um modo de pensar numa estrutura de cooptação/formação/informação, formatando uma mentalidade a partir de sua estrutura holística. Wolfensohn (1999) define o que considera concepção holística:

A novidade está na tentativa de encarar nossos esforços por um prisma holístico e estratégico de longo prazo, em que todas as partes componentes são integradas num todo. Consideramos que esse processo deve ser participativo, com o máximo possível de transparência e responsabilização, e inserido na realidade política predominante em cada país (WOLFENSOHN, 1999, p.13).

Construir um pensamento com o BM significa absorver os interesses internacionais dos países centrais, organizados sob a direção dessa agência. A força das condições propostas por ela, via mecanismos econômicos ou políticos, articula-se com a construção ideológica e, sobretudo, pelo amálgama de

vontades individuais, reunidas em uma vontade coletiva, no sentido gramsciano. O papel coletivo do Banco passa pela função intelectual de organizar e sistematizar o pensamento global. Diríamos se tratar de uma vontade coletiva articuladora das *elites orgânicas* no sentido posto por Dreifuss (1987) ou, do novo príncipe, na expressão de Gramsci (2000b). Para aprofundarmos essas questões, precisamos fazer algumas distinções entre as diferentes formas de intelectuais e as diferentes funções exercidas por eles, nas relações sociais. O faremos a partir de Gramsci.

Historicamente, dentro dos diversos grupos sociais, encontram-se intelectuais que representam a *intelligensia*, cuja missão está em articular as complexas questões, em organizar o pensamento de seu tempo, tornar uniforme o pensamento de sua época, articular o senso comum com a cultura elaborada de modo a tornar orgânica as relações sociais.

Há uma divisão conhecida dos intelectuais, realizada por Gramsci. Este os distingue em *tradicionais*, espécie de castas, que se consideram organizadas independentemente dos grupos sociais, como o clero, os médicos e os advogados, e os *orgânicos*, formados nos grupos sociais modernos para constituírem o amálgama necessário ao consenso. O intelectual orgânico é caracterizado pelos laços com os grupos sociais fundamentais da base econômica (administradores, corpo técnico, e outros) e das duas grandes esferas superestruturais: a sociedade civil e a política. De acordo com Gramsci (2000a),

os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...] Consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante [...] e coerção estatal, que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’ (GRAMSCI, 2000a, p.20-21).

Sobre a ideia do intelectual coletivo e do processo hegemônico, encontramos em Gramsci (2000b) a análise que expressa a correlação de forças que pode ocorrer entre os grupos historicamente estabelecidos na busca por hegemonia. Esse processo passa por diversas formações, desde as organizações econômico-corporativa até o partido. O partido seria o momento propriamente político por assinalar a passagem da estrutura à superestrutura,

ou seja, é o momento em que as ideologias se tornam unificadas, ganham um corpo e uma instituição que as organizam. Dentre as ideologias em disputa emergem as de caráter mais orgânico que dão unicidade, criando hegemonia sobre os demais grupos subordinados. O Estado constitui a hegemonia do grupo dominante que permanentemente busca uma condição de equilíbrio na relação com os grupos subalternos. Os interesses dos grupos não se localizam somente na dimensão estrutural, mas pela combinação do econômico e político. Porém, devem ser levadas em conta as relações internas de um Estado-nação entrelaçadas com as relações internacionais.

Essa passagem para o momento político nos aproxima do que queremos dizer sobre o BM como intelectual coletivo no conjunto das relações internacionais, vinculado aos interesses nacionais. Esses grupos são reconhecidos por Gramsci como intelectuais que estabelecem correlação de forças nas funções de socialização e mediação dos interesses de classes, como forças ideológico-políticas, funcionando como intelectuais coletivos de força internacional, são formados por instituições religiosas, civis como o Rotary Club e grupos como dos Judeus e maçônicos.

Essa compreensão de Gramsci nos faz aproximar da ideia do BM como intelectual coletivo, representante das *elites orgânicas* dos países centrais. A imagem do Banco do conhecimento legitima o seu papel como agente de pensamento e de ação nas relações de forças internas dos países subalternos.

É a expressão atual mais avançada, no sentido de agregar o conjunto de intelectuais especializados, no nível global e promover atividades organizadas e orgânicas, articulando as dimensões políticas e econômicas em si como vontade coletiva. O Banco do conhecimento resulta de construção das classes dominantes na afirmação das determinações das classes sociais. A ideia de *córtex político* nos ajuda a pensar a ideia do BM como *intelectual coletivo*, criador de consensos ativos, na medida em que essa agência assume como estado a responsabilidade de dar organicidade ao pensamento hegemônico, articulando informações, produzindo conhecimentos, constituindo-se como foro de debate para economistas, empresários e governos. Contribui, dessa maneira, na disseminação de pensamentos educacionais legitimando uma determinada ordem de classe e funções sociais, naturalizando posições e buscando consenso com países clientes.

Desse modo, o Banco consegue transmitir o interesse de estados como um interesse universal, materializando-se como agente político e ideológico, representando a autoconsciência de classe, no sentido universal posto por Gramsci (1999, p.314), quando aborda o conceito de “catarse”: “A elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” ou na passagem do momento corporativo ao político. A função intelectual do Banco contribui com as mediações dos interesses subjetivos de classe e na homogeneização das contradições como simples diferenças⁹. O esforço em naturalizar os interesses subjetivos de classe frente às classes subalternas se objetiva em diversos mecanismos, organizando, planejando, criando estratégias para o bloco de poder, como frente móvel de poder. Caracteriza-se como córtex político na medida em que age como instância política e no interior dos aparelhos do Estado, criando as condições desejáveis ao desenvolvimento de conhecimento consensual.

O papel desses agentes coletivos em Gramsci (1999) surge nas análises da função do intelectual na organização dos grupos sociais. As organizações coletivas se expressam como autoconsciência pela formação de uma elite de intelectuais. Queremos dizer, com isso, que o BM é uma mediação intelectual dentro dos estados nacionais pela qual os consensos ativos têm se processado, caracterizados pelo esforço de evitar revoltas populares mediante saídas ativas.

Como o sub-produto das crises globais cíclicas são os pobres em nível mundial, os mecanismos encontrados para estes se articula como ciência teórico-prática, como filosofia Banco Mundial. Os pobres têm assustado os países centrais, porque são muitos e começam a adentrar as fronteiras, antes exclusivas dos países centrais. Certamente, tal situação indica as condições de uma instabilidade global. Nesse sentido, compreendemos a posição de *intelectual coletivo* do BM, desenvolvendo estratégias de construção hegemônica pelo anúncio da “sociedade do conhecimento”, “revolução do conhecimento”, “economia do conhecimento” e conceitos correlatos. Estratégia cujo pano de fundo é a estruturação das políticas dos países periféricos. No que tange a educação, o BM tem contribuído na elaboração de uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação, em que busca adequar reformas que tornem a educação campo de serviços (DALE, 2006).

Porém, a função intelectual do BM também articula o campo ideológico, ou seja, constituindo-se vontade coletiva, cria cultura de valores, articula a ciência econômica mais avançada com propostas que atingem os pobres, mediante projetos de empréstimos e das orientações gerais. O período da administração de Wolfensohn nos parece o mais eficaz no tocante à penetração de pensamento consensual de reformas educacionais, pela descentralização das operações de projeto e pela natureza dos projetos, agora envolvidos em perfil humanístico. Embora a parceria – do ponto de vista financeiro – seja limitada, a operacionalização permite a essa agência construir uma imagem democrática e tolerante¹¹.

5. ITEM CONCLUSIVO

A rigor, o planejamento do BM, como intelectual coletivo, tem esbarrado na incapacidade de produzir adequadamente o senso comum relativo à produção de conhecimentos: primeiro pela debilidade da ideia que busca aliar conhecimento com crescimento econômico, diminuição da pobreza, democracia e justiça social, e depois, pela fragilidade dos projetos que o referendam¹². Uma análise mais cautelosa no âmbito dos resultados globais mostra que as políticas de reformas se inserem no “círculo cínico”. Ou seja, a possibilidade de avanços, a partir dos novos quadros de conhecimentos e estruturas de empréstimos, aprofundam ainda mais as contradições resultantes dos processos de concentração de renda e exclusão social. A metodologia de análise da pobreza global, baseada no critério da pobreza relativa, traduzida por Pochmann (2004), expressa o que queremos dizer, quando a mesma

classifica como pobres as pessoas que possuem um nível de consumo médio de uma região. Por este cálculo, o número de pobres deixa de estar concentrado exclusivamente na Ásia e na África. Ainda assim, o sul da Ásia responderia por 1/3 da pobreza mundial, outros 22% se encontrariam no Sudeste Asiático (incluindo a China), 19,7% na África Sub-Sahariana, 16,1% na América Latina e os restantes 10% na África do Norte, Oriente Médio, Ásia e Europa do Leste (POCHMANN, 2004, p.47-48).

A partir da indicação dessa metodologia, Pochmann (2004) constata que um terço da população mundial, 1,6 bilhões de pessoas, são pobres, e destas,

oitocentos milhões são subnutridas, oitocentos e sessenta milhões analfabetas, e oitocentos e setenta e quatro milhões possuem inserção precária no mercado de trabalho.

O que já se percebia na metade da década de 1990, na avaliação de Borón (1995) e Sader (1995) sobre os dados da exclusão social na América Latina, é que estes alcançavam o índice de 70% quanto aos níveis de pobreza, tendo se avolumado pela crise econômica e pelas estratégias do neoliberalismo. A nossa análise mostra que, apesar de ter havido avanço nas formas tecnológicas de comunicação e na educação, não há a mesma contrapartida em termos de desenvolvimento social. Ao contrário, nesse processo surgiram e foram fortalecidas novas formas de exclusão social. De acordo com Campos (2004),

A nova exclusão, ao revelar-se nas diversas esferas da sociabilidade, produz resultados diferentes ao se sobrepor às velhas formas de manifestação desse fenômeno, deixando-o mais complexo e mais amplo, aumentando ainda mais o desafio do poder público para eliminá-la. O desemprego e a precarização das formas de inserção do cidadão no mercado de trabalho são as fontes “modernas” de geração de exclusão tendo como subproduto a explosão da violência urbana e a vulnerabilidade juvenil, acentuadas pela maior flexibilidade ocupacional e dos níveis de renda (CAMPOS, 2004, p.49).

Isto posto, nos remetemos novamente ao papel intelectual do BM e sua capacidade de ir posicionando propostas, projetos, ideias, num movimento de governos, estados e a educação. A educação superior, em especial, tem sido objeto de readequação a esses impactos internacionais. Essas políticas são acompanhadas de mudanças no conceito de conhecimento. Este tem vindo normalmente vinculado a uma concepção restrita, voltado para aplicação prática e interesses utilitários, questão que não nos parece ser de menor peso, mas que merece maiores e mais profundas pesquisas. Estas e outras questões permanecem como campos de estudos e análises atuais, pois mobilizam e articulam políticas de educação nos países periféricos.

Essa modalidade de inserção social indicada pelo Banco Mundial, em que se estabelece a relação entre as orientações políticas e o conhecimento tendo como consequências as reformas de Estado é precária e redutora do direito público à educação. O que tentamos mostrar é que a chave da relação do Banco com os clientes está exatamente na atuação a partir da precariedade (pobreza); o que talvez possa parecer como fraqueza e limite, seja exatamente a força dessa vontade

coletiva. É importante assinalar que, apesar dos limites do capital e as contradições de classes dentro dos países periféricos, as orientações construídas no Banco têm encontrado fortes aliados nas classes dirigentes (políticas e intelectuais), fortalecendo a função de intelectual coletivo das forças globais em seu papel de preposto de grupos dominantes.

NOTAS

1. Este trabalho foi apresenta no 1o Colóquio Nacional Processos de Hegemonia e Contra-Hegemonia, 2008, Salvador, Bahia. Esta versão foi revisada e ampliada.
2. A concepção de conhecimento do Banco Mundial diz respeito a produções tecnológicas aplicáveis, orientações políticas, controle social e toda forma de orientação que, no campo educativo, gere alguma forma de vínculo dos estados nacionais com os interesses técnico financeiros dos países centrais.
3. James Wolfensohn, indicado pelo Presidente Bill Clinton, foi eleito Presidente do BM em julho de 1995, sendo o nono Presidente do Grupo Banco Mundial desde 1946. Foi unanimemente reconduzido pelos Diretores do Executivo do BM a um segundo mandato de cinco anos, iniciado em 1º de julho de 2000. Em julho de 2004, Wolfensohn foi substituído pelo novo Presidente, John Wolfovitch, este alinhado com as correntes conservadoras do governo George Bush. Quando estivermos nos referirmos as falas de Wolfensohn, observamos ao leitor que se tratam de discursos proferidos por ele.
4. Henry Dexter White era negociador do Banco e representava os interesses econômicos mais conservadores dos Estados Unidos. Ao contrário de Keynes, que defendia posições que responsabilizavam todos os países credores e devedores pelo equilíbrio da balança comercial.
5. É importante lembrar que McNamara havia sido Secretário de Defesa dos EUA entre 1961 e 1965 e tinha interesse em hegemonizar a presença do capitalismo norte americano na política internacional. A Revolução Cubana ocorrida em 1959, também sinalizava claramente que o fantasma do comunismo poderia penetrar na América Latina.
6. Dentre o rol de documentos produzidos pelo Banco, enumeram-se informes internos (de caráter secreto), externos sobre alguma temática pertinente sem necessariamente aprofundar as discussões, os documentos oficiais, realizados por experts, análises e avaliações do desempenho dos projetos e outros.
7. Encontramos no portal do Banco espaço que contabiliza o número de acessos anuais à sua base de dados.
8. No Portal da WEB do BM encontramos as referências dos seus parceiros. Quando se aborda o objetivo de cada uma dessas referências, observamos, por exemplo, que os empréstimos concedidos são feitos apenas aos países que possuem condição de pagar. Quando se trata de países inviabilizados, o procedimento de Wolfensohn, a partir de 1996, foi vinculado à iniciativa da dívida para os Países Pobres Altamente Endividados – PEAE.
9. Esses organismos têm trazido dados, em relatórios anuais, sobre as condições de exclusão social no mundo, cuja constatação não esconde a consciência da deterioração das relações sociais globais.
10. Observamos nas discussões sobre o prisma cultural postas nos documentos do Banco, na década de 1990, que as questões de classe, miséria, pobreza são subsumidas como questões de cultura, ou ainda, os países periféricos vistos como operadores dos planejamentos, parceiros apenas na operação e não na elaboração de políticas gerais.

11. Ao visitarmos o site do BM, verificamos o conjunto de projetos espalhados por todos os continentes. A variedade de ações locais de penetração microssocial tem um impacto positivo no ideário dos governos periféricos promovendo ligação orgânica da “vontade coletiva” com os homens simples. Aspecto “chave” para criar hegemonia.
12. Análises de Tommasi et al. (1998), confirmam que a capacidade de criar consenso está vinculada aos acordos internacionais estabelecidos pelo FMI com o pagamento da dívida externa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. **Construir sociedades del conocimiento: nuevos retos para la educación terciária.** Washington, D.C.: Banco Mundial, 2003. Disponível em: <<http://www.obancomundial.org.ar/>>. Acesso em 15 abr. 2005.

BANCO MUNDIAL. **Educación superior en los países en desarrollo: peligro y promesas.** Washington DC.: Grupo de Trabajo conjunto Banco Mundial-UNESCO sobre educación superior y sociedad, 2000. Disponível em: <<http://www.suc.unam.mx/riseu/hemeroteca/>>. Acesso em: 02 out. 2003.

BANCO MUNDIAL. **O desafio da inclusão.** Discurso para junta de governadores. Hong Kong, 23 de setembro de 1997. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/html/extme/speech.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2004.

BANCO MUNDIAL. **Información, conocimiento y desarrollo.** Washington, D.C.: Banco Mundial, fev/mar., 1999. Disponível em: <<http://www.suc.unam.mx/riseu/hemeroteca/>>. Acesso em: 13 maio 2004.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: lecciones derivadas de la experiencia.** Washington D. C.: Políticas Sociales y Educativas, 1995. Disponível em: <<http://www.obancomundial.org.br>>. Acesso em: 23 out. 2003.

BORON, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E.; Gentilli, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 63-118.

CAMPOS, A.; POCHAMANN, M.; AMORIM, R.; SILVA, R. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil.** v.2: Dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2004.

CHESNAIS, F. et al. A “Nova Economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F. et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003, p.43-69.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação?” Disponível em: < <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>. Acesso em: 5 mar. 2006.

DANTAS, F. Lula poder ser o pós-consenso de Washington. **O Estado de S. Paulo**. Domingo, 4 maio 2003. Disponível em: < http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view_atigo/1549.html>. Acesso em: 12 mar. 2005.

DREIFUSS, R. A. **A Internacional capitalista: estratégias do empresariado transnacional 1918-1986**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

GRAMSCI, A. **Introdução ao estudo da filosofia**. A filosofia de Benedetto Croce. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Maquiavel notas sobre o estado e a política**. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais**. O Princípio Educativo. Jornalismo. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

LEHER, R. **Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização: a educação como estratégia do banco mundial como ‘alívio’ da pobreza**. 1998. 267f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação: FAGED. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

POCHMANN, M.; BARBOSA, A.; CAMPOS, A.; AMORIM, R.; ALDRIN, R. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil: a exclusão no mundo**. São Paulo: Cortez, 2004.

SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SILVA JR, J. R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no**

Brasil: Reforma do Estado e mudanças na produção. São Paulo: Cortez, Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001.

TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1998.

WOLFELSOHN, J. **El Portal de desarrollo global**. Discurso na reunião anual das Agências Multilaterais. Washington, 1996. Disponível em: <<http://www.brettonwoodsproject.org/topic/knowledgbank>>. Acesso em: 24 de fev. 2004.

WOLFELSOHN, J. **Proposta do quadro geral para o desenvolvimento**. Discurso para os gerentes do Banco Mundial. Washington, 1999. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/html/extme/espeech.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2004.

WOLFELSOHN, J. **O desafio da globalização** (A função do Banco Mundial). Discurso para a junta de governadores, Berlin, 02 abr. 2001. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/html/extme/espeech.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2004.